

Centro de Estudos Baianos

ANGELINA NOBRE ROLIM GARCEZ

ASPECTOS ECONÔMICOS DO EPISÓDIO DE CANUDOS

PUBLICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

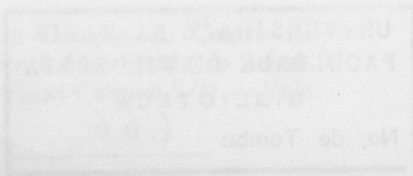
81

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANGELINA NORRÉ ROLIM GARCEZ

ASPECTOS ECONÔMICOS DO
EPISÓDIO DE CANUDOS

1971 - BAHIA - SALVADOR



2869608

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

O Brasil República não é apenas um país em desenvolvimento, mas também um país em transformação política, ainda no período do Governo Provisório de Getúlio de Vargas.

A história recente do Brasil é marcada por um período de profunda crise econômica e social. O episódio de Canudos, ocorrido em 1897, é um dos capítulos mais importantes desta história, refletindo as condições de pobreza e marginalização da população rural da época.

ASPECTOS ECONÔMICOS DO EPISÓDIO DE CANUDOS

O movimento liderado por Antônio Conselheiro, que se desenrolou nos sertões do nordeste da Bahia, nos finais do século passado, tem sido estudado em muitos dos seus aspectos: social, político, religioso, biográfico, etc. Um estudo das suas implicações econômicas, porém, está ainda por ser feito, a despeito da relevância que uma análise dessa natureza possa assumir, como instrumento para uma compreensão mais profunda de um evento histórico tão controvertido.

O presente trabalho não tem a pretensão de suprir tal lacuna. Propõe-se, tão somente, e muito modestamente, a equacionar o problema, levantando questões que poderão constituir-se em abertura para um exame mais amplo e profundo do assunto. Tal atitude, se por um lado corre o risco de trazer pouca contribuição ao assunto, por outro, do ponto de vista metodológico, pode resultar muito fecunda, abrindo caminho para novas pesquisas.

PANORAMA ECONÔMICO

1- NO PLANO NACIONAL

O Brasil República sofre a primeira crise econômica, resultante de sua nova orientação política, ainda no período do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca.

A herança deixada pelo antigo regime não fora das mais promissoras. O País ressentia-se de um longo processo de decadência econômica, acelerado com a abolição do trabalho escravo, o que concorreu para a maior desorganização de suas bases produtivas, tradicionalmente agrárias. Apesar disso, o Império ainda conseguiu legar à República um produto de exportação economicamente forte, capaz de manter a balança comercial do País razoavelmente estável - o café.

Já se organizando à base do trabalho livre, a lavoura cafeeira suportou bem a extinção da mão de obra servil, conseguindo até, dada a alta rentabilidade do seu produto, fazer carrear, para a sua área de maior concentração produtora (Centro Sul do País), uma ponderável parcela dos capitais liberados pela Abolição. Esse fato, se, por um lado, fez crescer o contraste entre o Norte/Nordeste em decadência e o Sul em ascensão, permitiu, por outro lado, que o produto sulino se fortalecesse, a ponto de substituir o açúcar na manutenção do tradicional sistema agrário exportador no qual se fundara, até então, a economia brasileira. Nessa conjuntura, o Brasil alcançara, no final do período Imperial, o primeiro lugar na produção mundial de café, liderando os fornecimentos globais aos mercados estrangeiros.

Com o advento da República, a política financeira de Rui Barbosa, primeiro Ministro da Fazenda, procurando inovar caminhos para a economia nacional, caminhos esses ainda prematuros, vai conduzir o País a uma situação extremamente crítica, acabando por atingir até a estabilidade do principal produto de exportação.

Concretizada, pelo Decreto de 17 de janeiro de 1890, a reforma financeira, que veio a ser chamada de "Encilhamento", a qual tinha como princípio econômico básico (considerando a decadência da agricultura tradicional) reagir contra o mito da riqueza única da terra, verificou-se apreciável avanço no campo da especulação financeira. As

diretrizes mestras da política do encilhamento visavam dois pontos capitais:

- Adaptar as condições econômicas internas às externas, fugindo (ou procurando fazê-lo) ao modelo, ainda colonial, baseado exclusivamente na exportação de produtos primários. Procurando diversificar as linhas de atividade econômica, a nova política financeira abria amplo crédito para os setores empresariais e fornecia estímulos à atividade comercial, através de uma política tarifária e cambial liberalizante.

- Corrigir as carências do setor monetário nacional. De fato, de 1880 a 1889, o papel moeda em circulação havia decrescido de 216 para 197 mil contos. Considerando que, nesse período, ocorre a mudança do trabalho escravo por trabalho livre, é patente a insuficiência dos meios de pagamento de que dispunha o País para enfrentar o ônus de uma economia estruturada em trabalho assalariado.

Essencialmente, os dois pontos básicos da nova política estão vinculados ao problema financeiro. "A situação do mercado monetário foi assim a primeira e a mais imperiosa das questões que se impuseram logo nos primeiros dias da Revolução", informa Rui Barbosa, justificando sua política revolucionária (Barbosa 1891, 52).

Na prática, inicia-se um processo de emissão bancária desenfreada, passando o meio circulante a ser garantido por títulos da dívida pública nacional, em substituição ao lastro ouro. Os bilhetes bancários passam a gozar de todos os privilégios inerentes às cédulas do tesouro.

Com a liberdade de emitir concedida aos Bancos (não a todos, naturalmente, mas àqueles declarados Bancos Emissores), a circulação monetária passa de 197 mil contos em 1889 para 561 mil em 1891 (Sodré 1970, 301). A emissão, sem uma correspondente reserva ouro, leva a uma imediata depreciação da moeda. O crédito passa a ser facilitado em abundância mas, ao invés de estimular a criação ou desenvolvimento de grandes empresas agrícolas ou industriais, como pretendia a política do Governo, faz proliferar uma infinidade de Companhias dedicadas à exploração dos valores de suas respectivas ações. O capital das Sociedades por Ações que, em 1889, era de 800 contos, passa para 3.000 contos, em 1891. "As mais extraordinárias empresas para fins inverosímeis eram incorporadas diariamente, com garantias de juros pelo governo" (Bello 1969, 64). A maioria dessas empresas permanecia, fantasmagoricamente, apenas no papel, lançando títulos na Bolsa de Valores, onde se jogava escandalosamente. A especulação desenfreada, multiplicando sob várias modalidades, o processo inflacionário, aumenta o desequilíbrio monetário.

Paralelamente, na esteira da euforia que se estabelece, o aumento abusivo das importações, sem um correspondente crescimento do mercado exportador, resulta em desequilíbrio da balança comercial, entrando, conseqüentemente, a taxa cambial em declínio. O Câmbio (ou taxa cambial) cai de 27 D por mil reis em 1889, para um valor oscilante entre 10 e 16 D por mil reis em 1892 (e continua caindo nos anos seguintes).

No ano de 1893, a balança comercial brasileira apresenta um déficit de 16 mil contos, passando agora a inibir as possibilidades de importação. Ficam, dessa maneira, prejudicados, os dois polos do comércio-importador e exportador - e caem verticalmente as arrecadações tributárias, já de si decrescidas (no valor relativo) pela inflação.

A redução absoluta e relativa das receitas públicas, obriga o governo a emitir mais, para cobrir os défices. A depreciação do câmbio absorve uma parte maior da receita em moeda nacional, para atender à dívida externa, duplicada pela espiral inflacionária. Estabelecia-se assim, em função das flutuações da taxa de câmbio, uma íntima conexão entre os empréstimos de capital estrangeiro, os défices orçamentários, as emissões de papel moeda (em grande parte destinadas a cobrir esses défices) e os desequilíbrios da conta corrente das balanças de pagamento (externa e interna).

Era o completo caos econômico. Desaparece a confiança no novo Governo, reduzindo cada vez mais o crédito da República no Exterior e, conseqüentemente, as possibilidades de cobrir, temporariamente, os prejuízos com novos empréstimos.

A tentativa encetada pela política do Encilhamento, de mudar de chofre a estrutura econômica brasileira, de feição ainda eminentemente colonialista, não foi bem sucedida. A despeito da existência de novas forças produtivas em expansão no país, e da atuação que essas forças tiveram na preparação da República, a política econômica do novo regime não consegue ainda romper os quadros conservadores solidamente instalados nos bastidores da política econômica nacional.

Cai o governo de Deodoro da Fonseca em novembro de 1891, mas continuam atuando, a longo prazo, os efeitos da política inflacionária, atingindo principalmente os mecanismos do comércio com o exterior. Começam a cair vertiginosamente os preços do café — produto base das exportações brasileiras, afetadas duplamente pelas condições internas e externas (retração dos mercados consumidores). O valor médio da saca de café para exportação desce de 4.09 libras, em 1893 para 2.091, em 1895.

Na tentativa de amparar o produto, pilar da vida econômica do País, o Governo adota uma política de valorização artificial, atuando inicialmente sobre os incentivos internos — socialização dos prejuízos — e, posteriormente, através de empréstimos externos, obtidos em condições desfavoráveis e a preços muito altos (a economia brasileira não oferecia atrativos aos capitais estrangeiros), onerando ainda mais o erário nacional.

No plano político, os reflexos dessa situação não tardam a fazer-se sentir, preparando o clima para as agitações que marcarão esse final do século.

2- NO PLANO ESTADUAL

A conjuntura econômica Baiana não se apresenta mais promissora. Ao contrário, é mais grave ainda pela situação de crise secular que vinha-se agravando com a progressiva decadência da lavoura açucareira, (2) sustentáculo tradicional de sua vida econômica. O aumento e aperfeiçoamento da produção do açúcar na Europa e Colônias Africanas e Asiáticas, abarrotara os mercados consumidores com produto de melhor qualidade e preço, praticamente marginalizando a nossa concorrência. A baixa progressiva dos preços para compra, somando-se a uma série de condições internas desfavoráveis (abolição do trabalho servil, moléstia dos canaviais, sequência de anos climaticamente maus) tudo isso, acaba reduzindo a "indústria da cana de açúcar" da Bahia a menos de uma quarta parte da sua potencialidade produtiva.

Por outro lado, dois outros setores que haviam contribuído para dar um certo equilíbrio à pauta de exportações baianas, durante parte do século XIX — a lavoura fumageira e a exploração diamantífera — entraram também em colapso. A primeira, que fora um forte instrumento de comércio na compra de escravos, sofre um rude golpe com a extinção do tráfico negreiro. De qualidade inferior, o fumo produzido na Bahia não alcança cotação no comércio livre. Quanto à exploração diamantífera, iniciada em 1848 na região das Lavras Diamantinas, ganha vulto nas duas décadas seguintes, mas, a partir de 1870, caem os preços do produto ante a concorrência das minas africanas.

Os anos da década de 70 marcam a fase crucial da crise econômica (produção e comércio), que se estenderia até o final do século. Como ficou visto, a moléstia dos canaviais e a grande seca, levam a desorganização ao setor de produção agrícola. Dá-se então o êxodo de grande parte da mão de obra escrava para as Províncias do Sul. A Abolição da Escravatura acaba por desorganizar o já deficiente setor de trabalho.

(2) - Alguns momentos de recuperação temporária, a exemplo da que ocorreu nas duas primeiras décadas do século XIX, quando as guerras napoleônicas fizeram valorizar nossos produtos nos mercados europeus, não chegam a alterar, o quadro geral de decadência.

A queda da produção e consequente carência de generos alimentícios, obriga a um aumento das importações, para atender às necessidades básicas de subsistência, acarretando um desequilíbrio ainda maior da balança comercial, já privada de bens exportáveis.

A situação do comércio da Bahia, no período de 1870 a 1890 é a seguinte:

Exportação	(valor)	Importação	(valor)
1870-1880.....	166.961:000\$000	197.674:000\$000	
1880-1890.....	140.240:000\$000	222.119:000\$000	

(Calmon 1923, 393)

A política financeira do Encilhamento vai atingir a Bahia, concedendo um alento artificial à sua vida econômica, cujas bases reais estão totalmente desarticuladas. Dada, porém, a situação de inércia em que se encontravam os setores produtivos, as novas perspectivas abertas pela política de liberalidade financeira não foram de todo desfavoráveis.

Nos anos de 1891, 1892 e 1893, foram criadas na Bahia, 33 Companhias de capital aberto (Calmon 1923, 392). A grande maioria desses empreendimentos atendia apenas ao "objetivo de criar títulos para jogar na Bolsa" (Ibid). Algumas porém, organizadas e passando a funcionar dentro de um critério de máxima seriedade, alcançaram sacudir o marasmo econômico do Estado, dinamizando os setores de comércio interno e externo, ampliando também o mercado de trabalho.

Na última década do século XIX, quando vão-se dar os dramáticos acontecimentos do Arraial de Canudos, O Estado apresenta o seguinte quadro: O Recôncavo, polo tradicional da economia baiana, em franca decadência; a Região Centro Sul, (incluindo as Lavras Diamantinas, cuja produção mineral praticamente cessara) desenvolvendo a lavoura cafeeira, cujo produto chega a ocupar o primeiro lugar nas exportações do Estado (de 1893 a 1903); a Região Sul Litorânea despertando economicamente com a lavoura cacaueteira, que, em 1890, fornece o segundo produto da pauta das exportações estaduais (passa a primeiro lugar a partir de 1903); a região sertaneja, imprecisamente definida nos seus limites, longínqua e marginalizada do ecúmeno econômico, desvinculada do sistema exportador, (pequena contribuição de couros e peles), praticamente vivendo em regime de produção para subsistência, com alguma ênfase na pecuária. Dentro, porém, da designação genérica de Região Sertaneja, são observáveis algumas diferenças de comportamento climático, determinando correspondentes comportamentos econômicos.

PLANO REGIONAL

A região onde se situa Canudos — Nordeste da Bahia — é das mais agrestes e estereis dos sertões baianos. As condições ecológicas e climáticas extremamente desfavoráveis, aliadas à grande distância dos centros economicamente ativos e à precariedade dos meios de transporte e comunicações, mantiveram a região marginalizada e não integrada no sistema agrário exportador da Bahia.

Nessas circunstâncias, desenvolvia-se na área uma escassa e irregular produção para subsistência, afetada periodicamente pelas sêcas que assolam a região.

A pecuária de corte (gado vacum, ovino e principalmente caprino) seria o empreendimento econômico mais importante e, mesmo assim, sujeito como era às desfavorabilidades climáticas, praticamente não ultrapassava o nível de consumo regional.

Não se registra, em termos de exportação, senão um pouco significativo comércio de couros e peles. De um modo geral, porém, a situação era de uma ausência, quase total, de relações econômicas e interesses materiais.

Apresentando uma densidade demográfica muito baixa da média verificada nas demais regiões do Estado, não são encontráveis grandes concentrações populacionais, nem mesmo nas sedes dos municípios mais importantes. Esse fator, aparentemente de pequena relevância, vai oferecer um elemento de contraste com a situação que se verificará durante a campanha contra Canudos, quando o contingente populacional será mais do que duplicado e passa a depender dos insuficientes recursos da região.

As grandes questões que se apresentam à curiosidade do estudioso do assunto prendem-se basicamente a esse aspecto: a sobrevivência de um grupo que cresceu através de um rápido processo de inchaço populacional em um meio tão carente de recursos. Daí derivam as interrogações: Teria realmente o movimento Conselheirista uma motivação econômica? Como vivia (ou sobrevivia) a comunidade de Canudos?, isto é, qual a sua base econômica? Com que recursos foi sustentada a

Campanha? O que se desenrolou, na sua fase mais aguda, por quase um ano, de intermitentes, mas acesos combates?

1. O MOVIMENTO DE CANUDOS E SUAS IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS

I- Móveis econômicos - Luta de Classes

Antônio Vicente Mendes Maciel — O Conselheiro — místico pregador que há mais de vinte anos percorrendo os sertões da Bahia, acompanhado por um número crescente de fiéis, instala-se definitivamente, no ano de 1893, na localidade de Canudos, “velha fazenda de gado à beira do Vasa-Barris, uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau a pique” (Cunha 1950, 182). Ai, o “Santo” sertanejo assenta seu santuário, reduto anti-republicano, ou cidadela armada, donde irradiará a palavra de Deus, o anátema contra a República, ou o fogo das armas, ao sabor das circunstâncias. De repente, os sertões nordestinos da Bahia, secularmente esquecidos e marginalizados, despertão ao som dos salmos e da fuzilaria.

A motivação mais profunda de um movimento dessa natureza é de difícil caracterização.

Os comportamentos individuais, e, mais especificamente, os comportamentos coletivos, obedecem a estímulos de ordem muito complexa, podendo um fator específico atuar como catalizador das ações, mas jamais ser seu único móvel. No movimento conselheirista, a liderança carismática de um homem encontra campo fértil para atuar, na ignorância, no fanatismo, na miséria, na fome. Desses fatores, muitos derivam direta ou indiretamente das condições econômicas sob as quais viviam aqueles que se tornaram seguidores de Antônio Conselheiro. Com isso não se quer atribuir importância exagerada às determinantes econômicas e, menos ainda, ver caracterizada no movimento de Canudos a revolucionária feição de uma luta de classes, a despeito dessa tese ser defendida por um estudioso do assunto. Com efeito, para Rui Facó, os camponeses sertanejos, secularmente explorados pelos senhores de terras, teriam encontrado finalmente, em Antônio Conselheiro, um líder capaz de expressar seus sentimentos e aspirações. “Para aqueles desesperados ele era a voz da esperança, acenando na sua linguagem mística, inspirada nos evangelhos, com um igualamento, em que haveria um só pastor e um só rebanho” (Facó 1972, 92). O autor vê o fenômeno Canudos como “uma luta, ainda que espontânea, não consciente, contra a monstruosa e

secular opressão latifundiária e semi-feudal, violando abertamente o mais sagrado de todos os privilégios secularmente estabelecidos, desde o começo da colonização européia no Brasil — o monopólio da terra em mãos de uma minoria a explorar uma imensa maioria” (Ibid, 833).

Embora aceitando que muitas das causas do movimento de Canudos são direta ou indiretamente, de origem econômica, derivam de condições regionais economicamente específicas, relutamos um tanto em caracterizar o movimento como luta de classes, no seu sentido maior.

O conceito de luta de classes vem sendo usado com muita elasticidade e, frequentemente, com alguma impropriedade. No caso de Canudos, por exemplo, não parece de todo cabível. As pregações de Antônio Conselheiro, em nenhum momento procuraram denunciar ou corrigir desigualdades econômicas ou injustiças sociais. O Santo Sertanejo não contestava direitos e nem os reivindicava. Não queria vantagens materiais para si ou para seus fiéis. Ao contrário, pregando uma moral extremamente rígida e uma doutrina essencialmente escatológica, acenava com o próximo fim do mundo e a salvação eterna a ser alcançada pelo desapego aos bens terrenos.

Por outro lado, as formulações políticas de Antônio Conselheiro, de conteúdo extremamente simplista, ingênuo e confuso, propugnando pela Monarquia, cuja correspondente social é uma rígida hierarquização, eram demasiadamente reacionárias para se coadunarem com revolucionárias ideologias de igualdade social.

O episódio da queima dos editais de cobrança de impostos⁽¹⁾ é usada pelo autor, como forte argumento a favor da sua tese — “o movimento de Canudos é uma luta de classes” — Diz: “Não há dúvida nenhuma que neste gesto o chefe sertanejo traduz a rebelião declarada, a insubmissão daqueles que nada possuíam e eram chamados a pagar impostos. E não por acaso, faz o Conselheiro do combate aos impostos uma senha de proselitismo”.

Não parece que o argumento pese suficientemente. Como se sabe “a senha de proselitismo” de “Senhor Bom Jesus Conselheiro” não era exatamente essa. Era ao contrário preocupado muito mais com a salvação da alma através do desprendimento e desapego dos bens materiais. Por outro lado, a Constituição da Bahia de 2 de julho de 1891, no Artigo 125 (que regula a incidência dos impostos), dispõe:

(1) - No ano de 1893, na localidade de Bom Conselho, Antônio Conselheiro, acompanhado por alguns de seus adeptos, destruiu as tabuletas onde estavam afixados os editais de cobrança dos impostos, mandados publicar pela Câmara local. O fato alcançou grande repercussão, tendo a imprensa pedido providências contra os “desmandos” de Conselheiro e seu grupo.

§ 1º - Os impostos e taxas que forem decretados:

“Constituirão objeto de receita do Estado

- I- sobre exportação de gêneros e mercadorias...
- II- sobre imóveis rurais e urbanos
- III- sobre transmissão de propriedade
- IV- sobre indústria e profissões
- V- sobre heranças e legados

§ 2º - Taxas e impostos sobre o produto:

- I- da exploração das minas, matas e indústrias estrativas;
- II- da venda ou aforamento de terras...”

Na área municipal, a tributação se realizava mais ou menos ao mesmo nível.

Ora, dentro desse esquema, o ônus dos impostos dificilmente recairia sobre aqueles que nada possuíam. Ao contrário, a tributação agravava aos proprietários de imóveis rurais ou urbanos, àqueles que compravam ou herdavam bens imóveis, vendiam ou aforavam terras. Na faixa de produção, cobravam-se impostos ou taxas a exploração de minas, matas ou indústrias extrativas, isto é, no âmbito empresarial. A queima dos editais de cobrança de impostos pode ser entendida mais como uma agressão não premeditada e inconsequente, e menos como uma ação revolucionária dentro de um contexto de luta de classes. Não nos aparece com a dimensão de protesto ou insubmissão contra uma determinação legal, que praticamente não atingia àqueles cuja causa pretensamente defendia.

Na realidade, o movimento sertanejo que tanta repercussão alcançou, que pelas dimensões assumidas assombrou o País, pode por acaso ter suas origens ou causas suficientemente identificadas ou dimensionadas? Que fator pode ser responsabilizado mais diretamente como o elemento compulsivo por excelência? Assim como suas causas, estarão por acaso mais claros os seus objetivos?

II- Base econômica da comunidade conselheirista

Um aspecto de maior importância para um melhor entendimento do fenômeno "Canudos" refere-se à vida econômica do bando. E já aqui cabem algumas interrogações: como vivia realmente a comunidade conselheirista? Qual a Base econômica sobre a qual assentava a vida do arraial?

Como ficou visto, Antônio e seus adeptos (na época em número ainda reduzido) fixam-se no arraial de Canudos em 1893. Sabe-se que o local era uma velha fazenda abandonada, às margens do Vasa-Barris, "local inhospito e desfrequentado, tendo de léguas em léguas esparsas insignificantes vivendas. É o trecho da Bahia mais assolado pela seca" (Cunha 1950, 183). Segundo informa Calasans "as terras da fazenda pertenceram à gente da Casa da Torre, que as obtiveram de Sesmaria" (Calasans 1974: 462). Desconhecem-se no entanto, as condições — legais ou não sob as quais se deu a ocupação das referidas terras pelo bando.

Com a fixação no arraial, o grupo começa a crescer rapidamente. "Alguns lugares desta Comarca e de outras circunvizinhanças, e até do Estado de Sergipe, ficaram deshabitados, tal o aluvião de famílias que subiam para Canudos (Cunha, 1950: 183). O mesmo autor informa que "em menos de três annos Canudos se transforma n'uma verdadeira cidade, mais populoza do que muitas que tinham oficialmente essa categoria" e que "a edificação rudimentar permitia à multidão sem lares fazer até doze casas por dia" (Ibid, 184).

Nessa época, pois, o bando deixa de ser "nômade" e viver das esmolas recolhidas nos locais visitados e se fixa e desenvolve como comunidade economicamente independente. Quais os meios de subsistência do grupo que lhe permitiam tão rápida expansão?

Segundo Euclides da Cunha, os moradores de Canudos "entregavam-se às culturas ou tangiam rebanhos de cabra, únicos animaes affeitos aquelle clima e àquelle solo" (Ibid, 229). É de supor que o produto dessas atividades, desenvolvidas em meio tão hostil, difficilmente chegaria para assegurar até mesmo o mínimo calórico, indispensável à sobrevivência de um grupo mais numeroso. Por outro lado, as secas

periódicas, acarretando momentos de total improdutividade, tornavam as condições de vida ainda mais insuportáveis. Os recursos locais poderiam atender às necessidades de um pequeno grupo, mas dificilmente às de uma comunidade maior e de crescimento tão rápido.

As poucas informações sobre a vida econômica do arraial de Canudos, que se podem colher nos estudos existentes, fornecem dados muito contraditórios. Sabe-se, por exemplo que Antônio Conselheiro, na sua intransigência sobre as coisas da República, recusava-se a utilizar o dinheiro desta, e algum que chegasse ao arraial era queimado em sinal de protesto. "O facinora Antonio Abade era quem recolhia os dinheiros da República para o Conselheiro ter o satânico prazer de queimá-los" (Gavião 1974, 348). Por outro lado, Araripe informa que Antonio Conselheiro "recebia contribuições de comerciantes e fazendeiros e cobrava quotas da venda de produtos negociáveis" (Araripe 1960, 15). Essas informações sugerem duas perguntas: primeira: em que moeda eram realizadas essas contribuições e quotas? Segunda: a produção, que se acredita insuficiente para a manutenção do grupo, permitiria um excedente para comércio? São perguntas cujas respostas permanecem ao nível de simples conjectura: se Conselheiro repudiava a moeda republicana não aceitaria contribuições e quotas só possíveis sob a forma do único dinheiro existente — moeda republicana. Quanto à produção para comércio, também não parece provável que o arraial pudesse realizá-la.

Em 1893 o grupo fanático já contava "com duas centenas de homens armados" (Dantas 1923, 146), devendo a população total exceder a mil pessoas. Dois anos depois, Frei Monte Marciano, que foi a Canudos em missão apostólica ordenada pelo Arcebispo da Bahia, informava que que existiam no arraial, "excluída as mulheres, as crianças, os velhos e os enfermos — mil homens, mil homens robustos e destemerosos". Calculadamente uma população superior a cinco mil almas. Levando-se em conta a inaptidão das terras ocupadas pelos conselheiristas, "a mais árida e esteril caatinga", o encargo econômico de alimentar tal contingente humano (mesmo ao nível do estritamente indispensável à sobrevivência), já é considerável.

Não podem mais ser aceitas apenas as informações de que "os fanáticos alimentavam-se frugalmente" ou que viviam de esmolas ou ainda de roubos e saques. Quanto à essa última afirmação, há seríssimas contradições. Afirma-se ser ponto de honra de Conselheiro e seu grupo evita roubos e saques" que consideram desaire e indigno labeu" (Cunha 1950, 222) e sendo assim, tais atos eram "rigorosamente proibidos e em obediência a esse preceito iam ao extremo (na fase da campanha) de não tocarem em absoluto nas cargas dos comboios inimigos" (Facó 1972, 98), contrariando a afirmação de Euclides da Cunha, de que "em dilatado raio, em torno de Canudos, talavam-se fazendas, saqueavam-se logarejos, conquistavam-se cidades" (Cunha 1950, 194). Mesmo que se aceite como

verdadeiro que o grupo fazia incursões às propriedades circunvizinhas para aumentar suas provisões, é difícil acreditar que pudesse viver exclusivamente do produto dessas pilhagens, em complementação à sua precária atividade agro-pecuária. Souza Dantas informa a respeito: "o arraial de Canudos era de uma pobreza manifesta. A população vivia do que importava dos municípios vizinhos. Se essa importação falhasse, a fome apoderar-se-ia do lugarejo".

Para o abastecimento dos jagunços "empregavam grandes comboios e numeroso pessoal de condução" informa ainda o autor, que, "com aumento da população de Canudos, vários foram os comerciantes volantes que para allí afluíram, na esperança de vender bem as suas mercadorias". (Dantas 1923, 159). De onde provinham os recursos financeiros para atender a essas transações?

Outro aspecto interessante das possibilidades econômicas do grupo é o que tange à construção de Igrejas e Cemitérios em que se empenhava Antonio Conselheiro. Utilizando, em grande maioria, a mão de obra voluntária, praticamente não dispndia capital nesse setor. Mas o material necessário para as obras exigia dinheiro para sua aquisição. "Era hábito de Conselheiro adquirir material em Juazeiro, ou mesmo em Salvador. Já havia obtido boa partida de madeira e desta feita encomendara o tabuado para a construção das igrejas e casas", informa Araripe, sobre o episódio em Juazeiro, que deu margem à queixa do Juiz daquela cidade às autoridades estaduais, determinando o início da grande campanha contra Canudos (Araripe 1960, 21).

De todas essas informações infere-se que havia uma economia monetária no arraial, com uma rede de relações comerciais perfeitamente definidas. Por outro lado, as ameaças de repressão policial que pairavam sobre os fanáticos, desde o primeiro combate, em 1893, impunham ao bando a necessidade de armar-se e municiar-se, na previsão de novas ocorrências.

A expedição Pires Ferreira, composta de cem homens, mandada contra Canudos, em novembro de 1896, é surpreendida por 3.000 fanáticos armados e municados (segundo informa Pires Ferreira em seu relatório, a despeito das notícias oficiais afirmarem que o bando armado não excedia a 500 homens). Os jagunços fazem recuar as tropas oficiais. Segue-se a segunda expedição, sob o comando de Febrônio de Brito. 560 homens (543 praças, 14 oficiais e três médicos), que marcham contra Canudos, em janeiro de 1897, e são ainda mais uma vez postos em fuga pelos conselheiristas, somando mais uma derrota às forças do governo. Febrônio de Brito calcula o número de fanáticos em armas em mais de 4.000 "e se duplicavam como legiões que surgiam do solo".

Em fevereiro, a expedição Moreira Cesar "quase 1.300 combatentes, fartamente municados com quinze milhões de cartuchos e setenta tiros de artilharia" (Cunha 1950, 302), vai encontrar Canudos

muito mais fortalecidos em homens e armas. A nova do triunfo sobre as tropas de Febrônio de Brito fizera afluir grande quantidade de gente para o arraial, muitos trazendo armamento e munições. As tropas oficiais marcham sobre o arraial e sofrem a mais fragorosa derrota. Recuam atabalhoadamente, perdendo na retirada homens e armas. Estas, "milhares de carabinas e um grande comboio de munições" — (Dantas 1923, 156), teriam servido para reforçar ainda mais os canudenses.

Esse episódio é utilizado com frequência para explicar o poder de resistência dos fanáticos, atribuindo-se às armas e munições então obtidas, a milagrosa capacidade de sustentar quase um ano de campanha. O argumento, porém, não resiste à análise mais superficial. Observe-se; a despeito da desordem que imperou na retirada das tropas de Moreira Cesar, mesmo tendo morrido seu comandante e alguns oficiais mais graduados, algumas providências foram tomadas para impedir que o armamento e munições abandonados no campo de luta viesse a ser utilizados pelo inimigo. Por outro lado, procurou-se, na medida do possível, salvar o armamento da expedição: "mandou o Coronel Menezes retirar doentes e toda a guarnição possível e uma metralhadora para Queimadas e inutilizar as munições que não podiam ser conduzidas", informa a Parte do Major Cunha atos, datada de 8 de março de 1897 (Araripe 1960, 85), confirmada pela do Tenente Marcos Pradel (mesma data): "Nós havíamos trabalhado toda a noite removendo feridos... bem como um enorme comboio com munições e pusemo-nos em marcha debaixo de fuzilaria do inimigo" (Ibid, 91).

Outro aspecto é que, antes mesmo de recolherem os destroços da expedição Moreira Cesar, os conselheiristas já dispunham fartamente de armas e munições e, conseqüentemente, de uma fonte que os abastecia regularmente. A própria vitória que conseguiram, dependeu disso.

De junho a outubro de 1897, desenrola-se a fase mais intensa e dramática da repressão contra Canudos. O que esse período de lutas custou em número de vidas e quanto se dispendeu economicamente para manter a campanha, é assunto ainda a ser estudado. Um aspecto, porém, dessa questão desperta particular interesse: as condições do arraial para responder à repressão.

III- Considerações sobre os aspectos econômicos da Campanha

A expedição Artur Oscar, última a marchar contra Canudos, faz concentrar na região uma força de mais de seis mil homens. O arraial já contava então com uma população de aproximadamente trinta mil pessoas. Esse fato merece um reparo especial: de repente, uma imensa massa humana concentra-se numa região longínqua, desprovida de meio de transporte, terra árida, normalmente pouco produtiva, e, na ocasião, com a sua pouca capacidade de produzir anulada pelas lutas; lavouras devastadas ou abandonadas. "Milhares de indivíduos de todas as idades, abandonando o trabalho, choupanas e haveres... trocando as ferramentas que lhes davam o pão pelo punhal e o trabuco".

O problema de subsistência, em tais circunstâncias, é crucial. A despeito de contar a seu favor com maior conhecimento da região, a situação dos habitantes de Canudos, no que tange à questão de abastecimento é dificultada pelo grande número de pessoas a alimentar, exigindo volumoso suprimento de víveres, difícil de transportar e, economicamente, oneroso. Para ter-se uma idéia dessas dificuldades, veja-se a situação das forças do governo (aproximadamente seis mil homens, a quinta parte portanto, da população de Canudos), contando com todo o respaldo oficial, e para cuja manutenção foram mobilizados recursos da União, do Estado e da região. Comerciantes e proprietários de terras foram encarregados do fornecimento de víveres às tropas, como é o caso do "Senhor Leônidas Torres que, por parte do Governador da Bahia, não poupa despesas para servir à expedição". Mesmo assim, o Comandante Artur Oscar informa de Queimadas (constituída em centro de Operações) que "sente grande dificuldade para adquirir víveres e animais para transportar mantimentos". O correspondente Favila Nunes, informando sobre a marcha das tropas de Queimadas para Monte Santo, "levando 830 mil cartuchos Mauser, 350 bois e mais 400 cargueiros" diz que, "apenas com 3 dias de viagem de Queimadas, já está a Brigada sofrendo necessidade de víveres, não há farinha, nem sal, nem assucar, nem café; não forragem para os animais, não há água para nenhum efeito, nem pastagens; só temos carne crua e nada mais" (Galvão 1974, 151). A despeito das providências do governo, o abastecimento era difícil e precário.

A insuficiência de gêneros alimentícios e a dificuldade de transporte para artilharia e munições, fizeram com que as unidades militares, que compunham a última expedição, quedassem inativas em Queimadas, por quase três meses. O serviço de abastecimento e transporte que o comandante em Chefe organizou na região não resultou eficiente. Não existindo nas proximidades recursos suficientes, os mantimentos

importados de centros produtores mais distantes demoravam a chegar, ou deterioravam-se na viagem, chegando imprestáveis para consumo.

Durante toda a campanha, a ameaça da fome rondou as tropas. "O maior inimigo com que lutamos aqui é a fome; quer oficiais quer soldados recebem por um litro de farinha para 7 homens, com um pedacinho de carne, um pouco de sal" (Galvão 1974, 124). "Atualmente tememos mais a fome do que os jagunços" (Ibid).

O folclore registra pitorescamente, esse aspecto dramático da campanha de Canudos:

"Antonio Conselheiro morreu
Não há mais revolução
Soldado morreu de fome
A guerra não prosseguiu não" (Calasans , 64)

"Pobre tenente Zuzarte
Tão valente e denodado
Com fome comeu raízes
E morreu envenenado" (Ibid, 74)

"Os jagunços assaltaram os víveres
Barricas de bacalhau
Os soldados mortos de fome
Comiam raízes de pau" (Ibid, 77)

Rareava cada vez mais o alimento na região. Em Monte Santo, posto avançado das tropas, o comércio era reduzidíssimo e os poucos gêneros encontráveis alcançavam preços astronômicos: "um quilo de açúcar 2\$500, um quilo de bolacha, 2\$500, uma garrafa de aguardente, 2\$500".

Assim, apesar do apoio financeiro do governo, as tropas viam-se mal providas de alimentos e munições. Seus seis mil homens passavam fome. Os trinta mil habitantes de Canudos conseguiam continuar sobrevivendo e lutando, às vezes em superioridade de condições. "Disseram que em Canudos há abundância de farinha", comenta invejosamente o correspondente do Jornal de Notícias da Bahia, lamentando a falta de alimentos em Monte Santo (Galvão 1974, 382).

Pelos caminhos de Uauá fluíam comboios de víveres e munições para o arraial. "Há documentos (?) que comprovam receberem os jagunços víveres e munições de Feira de Santana, Vila Nova, Chorrochó, Uauaá, Cumbe, mesmo no decorrer da 4ª expedição". (Araripe 1960, 114).

São conhecidos alguns nomes de fornecedores de Antônio Conselheiro: Senhorzinho Norberto, negociante forte" (Galvão 1974,

128), "Coronel Leitão, fazendeiro e comerciante em Santa Luzia, o qual fornecia armas e munições aos jagunços" (Araripe, 1960, 44).

Não se pode duvidar de que Canudos era abastecida regularmente. E tanto o era que os jagunços podiam dar-se ao luxo, extremo naquelas circunstâncias, de queimar gêneros alimentícios dos comboios interceptados às tropas. Euclides da Cunha informa que "a 5ª Brigada, ao seguir certa vez até as Baixas, encontra nas suas vizinhanças, orlando os caminhos, até o próximo Angico, malas de carne seca esturradas, montes de farinha, café e assucar, de mistura com as cinzas das fogueiras que os haviam consumido". Trinta mil pessoas famintas jamais fariam isso, por mais supersticiosas e fanáticas que fossem.

Tem-se notícia, também, de que, já na fase final da campanha, "no arraial de Canudos, abatia-se diariamente 20 bois" (Galvão 1974, 128).

Além de providos suficientemente de alimentos, os jagunços contaram também com farta munição, até a batalha final. Obviamente, o cerco que ia-se fechando sobre o arraial, iria interromper o fluxo de suprimentos. Mas, ainda nos últimos dias de setembro e primeiro de outubro, quando as tropas já tinham a cidadela totalmente sitiada, a fuzilaria partida dos jagunços era quase ininterrupta. "Em cinco anos de campanha, na Guerra do Paraguai, tomando parte em diversos combates nunca sofri tanto fogo cruzado em semi círculo, onde não havia lugar onde as balas não cruzasse", informa na sua parte o General de Brigada, João da Silva Barbosa, Comandante da 1ª Coluna (Araripe 1960, 121). Enquanto isso, as forças militares viam-se obrigadas a diminuir o ímpeto do ataque" economizando-se a munição por ela ir escasseando" (Ibid).

Na noite de 26 de setembro, com as fontes de provimento já impedidas pelo cerco, os jagunços atacam quatro vezes as forças sitiadas, "de um modo brutal, tendo queimado talvez mais de dez mil cartuchos" (Galvão 1974, 191). No dia 27, 18 ataques e na noite de 28 para 29, já às vésperas do assalto final", tiroteiam das seis da tarde às cinco da manhã, ininterruptamente" (Cunha 1950, 624).

Canudos, em nenhum momento desse final de campanha, retraiu-se na defesa ou demonstrou precisar poupar munições. Ao contrário, apesar de sitiados, os jagunços continuaram atacando, esbanjando seu municionamento, como se dispusessem de uma fonte inesgotável dele.

IV- Conclusões

Cabe aqui uma interrogação final: quais os meios que permitiram a Antonio conselheiro prover uma comunidade de quase trinta mil pessoas, de alimentos, armas e munições e sustentar uma guerra de mais de um ano? A tese da frugalidade com que se alimentavam os fanáticos, e do apossamento eventual de armas e material de guerra, abandonado pelas tropas oficiais, não tem sustentação, quando se analisa a extensão do fenômeno. Canudos não pode ter se mantido todo esse tempo, opondo a resistência que opôs, por força apenas dos acasos da sorte. Um apoio econômico mais regular e mais sólido deve ter existido, ou melhor dizendo, não pode deixar de ter existido.

Araripe cita palavras do Coronel Tamarindo (morto durante a expedição Moreira Cesar), ainda no período inicial do movimento, referindo-se ao problema: "Há aqui um osso duro de roer, que ainda ninguém quis tocar nele... Esse bocado é uma bomba tremenda... pois ele é alimentado por muita gente boa". Favila Nunes, entrevistando o Dr. José Gonçalves", ex-Governador da Bahia e chefe prestigioso aqui no sertão", obtem dele a seguinte declaração: Não conheço monarquistas que auxiliem Antonio Conselheiro... Não explico o fato de terem os jagunços armas e munições modernas senão por fornecimentos feitos por quem os pode obter algures. Aqui no sertão não os há e nem as que eles arrecadaram da Expedição Moreira César, armariam uma multidão tão grande, nem as munições modernas poderiam dar para tantos dias de sucessivos combates" (Galvão 1974, 154).

Um jagunço capturado pelas tropas, de apelido Badulaque, "dentre muitas declarações, descobriu serem pessoas de importância e negociantes, auxiliares do miserável bandido Conselheiro" (Galvão 1974, 158). O próprio general Artur Oscar, em correspondência dirigida a jornais da Capital da República, declara: "Lamento não ter em mão o documento comprobatório da remessa de munição a Antonio Conselheiro, fato que não-padece dúvida, diante dos grandes elementos bélicos de que dispõem os inimigos, não sendo aceitável a suposição de que eles se armaram com o malogro da expedição do denodado Coronel Antonio Moreira Cesar" (Galvão 1974, 68). Tal declaração pode ser interpretada como justificativa do Comandante da 4ª Expedição, pelas dificuldades que vinha encontrando para o cumprimento da sua missão. Vista isoladamente, pode ser tomada como tal, mas, somada a outros testemunhos idênticos, é muito significativa.

A repressão a Canudos custou muito caro ao país: "Obrigou o tesouro nacional a despendar milhares de contos e impôs aos cofres estaduais onus que eles não podiam suportar... deixando o tesouro exausto, o crédito esgotado" (Wolsey 1889, 52).

Quanto teria custado a resistência? e a quem?

Profa. Angelina Nobre Rolim Garcez

Este texto é uma introdução para o trabalho de pesquisa de uma Aluna bolsista de Iniciação Científica do curso de História da UFPA. A autora pretende analisar a atuação de alguns militares e civis durante a campanha de Canudos, sob o ponto de vista da resistência. Para isso, ela pretende analisar os documentos produzidos durante a campanha, bem como os relatos dos participantes e dos observadores. O trabalho será desenvolvido em etapas, a partir da leitura e análise dos documentos, com o objetivo de identificar os principais aspectos da resistência e os papéis desempenhados pelos envolvidos.

Uma das primeiras ações da campanha de Canudos foi a expedição militar de 1896, sob o comando do Coronel Antônio Gonçalves. Esta expedição teve como objetivo a pacificação da região e a destruição do arraial. No entanto, a resistência dos canudenses foi muito forte, levando a uma série de combates e a morte de muitos soldados. A expedição foi considerada um fracasso, e a região permaneceu sob o controle dos canudenses por alguns meses. Posteriormente, em 1897, foi enviada outra expedição, sob o comando do Coronel Antônio Gonçalves, com o objetivo de destruir o arraial definitivamente. Esta expedição também encontrou uma forte resistência, resultando em mais combates e mortes. A campanha de Canudos terminou em 1897, com a destruição do arraial e a morte de milhares de pessoas.

Um aspecto importante da campanha de Canudos é a atuação dos militares. Durante a campanha, foram enviados vários contingentes militares para combater os canudenses. No entanto, a resistência dos canudenses foi muito forte, levando a uma série de combates e a morte de muitos soldados. A campanha de Canudos terminou em 1897, com a destruição do arraial e a morte de milhares de pessoas. A resistência dos canudenses foi considerada um dos aspectos mais importantes da campanha, pois demonstrou a capacidade de organização e de luta dos canudenses.

BIBLIOGRAFIA

- (ALMEIDA, 1951) - ALMEIDA, Rômulo - Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. IEFB, Bahia, 1951.
- (AGUIAR, 1888) - AGUIAR, Durval Vieira de - Descrições Práticas da Província da Bahia. (gp. "Diário da Bahia", Bahia, 1888).
- (ARARIPE, 1960) - ARARIPE, Tristão de Alencar - Expedições Militares contra Canudos. (Aspecto Parcial). Imp. do Exército, Rio de Janeiro, 1960.
- (BARBOSA, 1923) - BARBOSA, Mario - A Bahia através cem anos - Notas estatísticas - in Diário Oficial, Edição Comemorativa. Bahia, 1923, p. 152 a 160.
- (BARROS, 1923) - BARROS, F. Borges de - Dicionário Geográfico e Histórico da Bahia. Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1923.
- (BELLO, 1969) - BELLO, José Maria - História da República. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1969.
- (BRITO, 1924) - BRITO, Des. João Rodrigues de - Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e Commercio da Bahia. Bahia, 1924.
- (CALASANS, 1950) - CALASANS Brandão da Silva, José - O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro - Contribuição ao estudo da Campanha de Canudos. Tip. Beneditina, Bahia, 1950.
- (IDEM, 1959) - No Tempo de Antônio Conselheiro - Figuras e Fatos da Campanha de Canudos. Coleção de Estudos Brasileiros, Série Cruzeiro, vol. 17. Progresso, Bahia, 1959.
- (IDEM, 1968) - Notícias de Antônio Conselheiro. Centro de Estudos Bahianos, Salvador, 1968.
- (IDEM, 1974) - Canudos - Origem e Desenvolvimento de um arraial mesiânico. S. Paulo, 1974.
- (CALMON, 1923) - CALMON, Francisco Marques de Góes - Ensaio de Retrospecto sobre o Comercio e a Vida Econômica e Comercial da Bahia de 1823 a 1900. Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1923.
- (CUNHA, 1950) - CUNHA, Euclides da - Os Sertões (Campanha de Canudos). Ed. Paulo de Azevedo Ltda., Rio de Janeiro, 1950.

- (DANTAS, 1923) - DANTAS, S. de Souza - Aspectos e Contrastes - ligeiro estudo sobre o Estado da Bahia. Typ. Revista dos Tribunaes, Rio de Janeiro, 1923.
- (FACÓ, 1972) - FACÓ, Rui - Cangaceiros e Fanáticos. Ed. Civ. Brasileira SA, Rio de Janeiro, 1972.
- (FALCÃO, 1923) - FALCÃO, Theophilo - Vida Econômica e Regime Fiscal in Diario Oficial, Ed. Comemorativa, Bahia, 1923, p. 41 a 48.
- (FERRÃO, 1923) - FERRÃO, N. Argolo - A Bahia Agrícola - Zonas Climatéricas in Diario Oficial, Ed. Comemorativa, Bahia, 1923, p. 81 a 99.
- (GALVÃO, 1974) - GALVÃO, Walnice Nogueira - O Calor da Hora. A Guerra de Canudos nos Jornais. Ed. Ática S/A, São Paulo, 1974.
- (NOGUEIRA, 1974) - NOGUEIRA, Ataliba - Antonio Conselheiro e Canudos. Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1974.
- (PINTO, 1968) - PINTO, Virgilio Noya - "Balanço das Transformações Econômicas do Século XIX" in Brasil em Perspectiva. Organização de Carlos Guilherme Mota. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.
- (SODRÉ, 1970) - SODRÉ, Nelson Werneck - Formação Histórica do Brasil. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1970.
- (IDEM, 1968) - História Militar do Brasil. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- (VIANNA, 1893) - VIANNA, Francisco Vicente - Memória sobre o Estado da Bahia. Typ. do "Diario da Bahia", 1893.
- (WOLSEY, 1899) - Libelo Republicano (acompanhado de Comentários sobre a Campanha de Canudos). Typ. do "Diario da Bahia", 1899.